

Pinga-Fogo

CPMF

Fernando Marroni (PT-RS) destacou que o Brasil registrou, durante o governo Lula, o maior PIB dos últimos 25 anos e o mais baixo índice de desemprego de sua história: 6,2%. Porém, na opinião do deputado, é necessário enfrentar o tema da saúde. "Há a Emenda 29, que garante mais recursos para o setor, e que precisa ser debatida o quanto antes", alertou. Além disso, Marroni defendeu a volta das discussões sobre a CPMF. "Na época em que se votou o fim da contribuição, o PSDB impediu que o governo tivesse meios de enfrentar melhor os problemas do setor", afirmou.

Corrupção no MS

Marçal Filho (PMDB-MS)

lembrou que a população de Dourados (MS) enfrenta instabilidade política e administrativa devido à prisão do prefeito e de autoridades do Executivo e do Legislativo locais por corrupção. O deputado explicou que a operação feita pela Polícia Federal deixou a cidade sob o comando interino de um juiz de Direito e, em seguida, da única vereadora que não foi indiciada por mau uso dos recursos públicos. Marçal Filho pediu rapidez na análise do processo de cassação dos envolvidos no esquema de corrupção com o propósito de garantir eleições diretas para preencher os cargos vagos.

Obras em Rondônia

Eurípedes Miranda (PT-RO)

chamou a atenção do prefeito de Porto Velho e do governador eleito no estado, Confúcio Moura, para que comecem a estudar novos caminhos para a região, depois que as obras das usinas de Jirau e Santo Antônio forem concluídas. A preocupação do deputado é que se repita a experiência de alguns anos atrás, quando o fim da exploração de cassiterita no garimpo Bom Futuro e de ouro no Rio Madeira trouxe miséria a Porto Velho. "Por enquanto, Porto Velho passa por um desenvolvimento jamais visto, mas o fim das obras das usinas preocupa", afirmou o deputado.

Novo governo deverá discutir mudanças na Previdência

Ana Raquel Macedo

O próximo governo terá que discutir mudanças no sistema previdenciário, na avaliação tanto de especialistas quanto de parlamentares. Atualmente, mais de 800 propostas em tramitação no Congresso estão relacionadas à Previdência.

Para o líder do PPS, deputado **Fernando Coruja (PPS-SC)**, a discussão deverá ser em torno de uma reforma gradual. "Não se pode, de uma hora para outra, mudar todas as regras para aqueles que estão na iminência de se aposentar", disse o parlamentar, autor da emenda que acabava com o fator previdenciário, vetada em julho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "A reforma tem que ser feita ao longo do tempo, para que as pessoas tenham compreensão dela. Se não, teremos reações muito fortes."

Terceiro vice-presidente da Comissão de Seguridade Social, o deputado **Manato (PDT-ES)** também defende mudanças no sistema. "Primeiro, tem que tirar a aposentadoria rural da Previdência e colocar no Orçamento da União. A partir do momento em que você faz isso, você já tira grande parte do déficit", diz. "O segundo ponto é combater a sonegação e o terceiro, a corrupção, porque há um desvio grande de recursos."

Idade mínima - O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) **Roberto Piscitelli** avalia que, com o aumento



Hoje, os trabalhadores podem se aposentar por idade ou tempo de contribuição

da expectativa de vida do brasileiro, o País não terá como fugir de modelos que retardem a idade mínima para a aposentadoria. Mas qualquer discussão, segundo ele, deve ter como pressuposto uma maior transparência nas contas da Previdência. De acordo com Piscitelli, o Tribunal de Contas da União vem demonstrando todos os anos que a Previdência é superavitária - ao contrário do que diz o governo, que estima um déficit de R\$ 44,5 bilhões para 2010.

Segundo o professor, o déficit aparece na área de Seguridade Social, que abrange, além da Previdência, a Saúde e a Assistência Social. "Mesmo que o conjunto da Seguridade fosse deficitário, a questão seria: por que essa função tem que ser superavitária?", questiona. "A Previdência deve ser vista no contexto de uma política

social que tem enorme contribuição para a melhoria da distribuição de renda, para redução da pobreza e eliminação da miséria", argumenta o economista.

Regras - Hoje, os trabalhadores inscritos no Regime Geral da Previdência Social podem se aposentar por idade ou por tempo de contribuição. A partir de 65 anos (homens) ou 60 anos (mulheres), é possível requerer aposentadoria por idade. Para trabalhadores rurais, a idade é de 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres).

Na aposentadoria por tempo de contribuição, são necessários 35 anos de serviço para os homens e 30 anos, para mulheres. Ainda há a possibilidade de aposentadoria proporcional: aos 53 anos de idade e 30 anos de contribuição (homens) e aos 48 anos de idade e 25 de contribuição (mulheres).

REFERENDO

Impasse pode dificultar vigência de mudança no fuso horário do Acre

Alexandre Pôrto

A volta ao antigo fuso horário no Acre, decidida em referendo pela população do estado no último dia 31, ainda não tem data certa para ocorrer. Além de votar para presidente em segundo turno, a maior parte dos eleitores acreanos decidiu que o estado deve voltar a ter duas horas a menos de diferença em relação ao horário de Brasília, e não uma hora, como passou a vigorar a partir de 2008.

Porém, segundo o deputado **Flaviano Melo (PMDB-AC)**, autor do decreto legislativo que determinou a consulta popular, há um impasse sobre quando a decisão dos eleitores passará a valer. "A Câmara e o Senado têm de encontrar uma solução jurídica a respeito de como o resultado do referendo entrará em vigor. O corpo técnico do Senado tem o entendimento de que o horário antigo voltaria automaticamente a partir da homologação

do resultado. Já a assessoria da Câmara avalia que é necessária a apresentação de um projeto de lei restaurando o horário antigo", explicou o deputado.

Para a assessoria jurídica da Câmara, a consulta aos eleitores do Acre não foi propriamente um referendo - que ocorre quando um texto aprovado no Congresso só entra em vigor com a concordância da população. O argumento é o de que ocorreu um plebiscito (consulta ao povo por voto acerca de assuntos de relevância constitucional, antes de sua concretização normativa). Por isso, só uma outra lei poderia mudar o fuso horário do estado.

Flaviano Melo defende o entendimento dos técnicos do Senado. "E se o Congresso demorar dez anos para votar a lei? E se ela não for aprovada, o que vai acontecer? Nesse caso, o referendo proposto pelo próprio Congresso se tornaria inócuo. A aplicação imediata do resultado seria mais justa,

mais ágil e respeitaria a vontade popular", ressalta.

Adaptação - Um dos argumentos favoráveis à volta da diferença de duas horas do Acre em relação a Brasília é o de que estudantes e trabalhadores não conseguiram se adaptar ao adiantamento de uma hora nos relógios. Eles passaram a ter que levantar com o dia ainda muito escuro, o que levou alguns colégios a atrasarem em meia hora o início das aulas.

Já os favoráveis à diferença de apenas uma hora alegam que, dessa forma, o Acre estaria mais integrado ao resto do País, inclusive nos casos da programação de TV e do expediente para transações bancárias e fechamento de negócios.

Flaviano Melo disse esperar que haja um entendimento da Câmara e do Senado até a homologação do resultado do referendo pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Acre, prevista para o início da próxima semana.